

RELIGIÃO E POLÍTICA: A IGREJA DO EVANGELHO QUADRANGULAR EM ASSIS- SP*

PAULA, Vítor Aparecido Santos de**

Contrariando muitas das ideias que dominaram a teoria da relação entre religião e modernidade durante quase todo o século XX, segundo as quais o advento da cultura moderna imporia à realidade humana um rompimento com qualquer princípio que fora do social pudesse apresentar-se como estruturador das relações entre as pessoas, observamos nas últimas décadas o revigoramento das manifestações religiosas em níveis globais. No contexto brasileiro, as igrejas pentecostais têm se destacado alcançando grande visibilidade social.

Cada vez mais, pessoas dos diferentes estratos sociais passaram a buscar, na religião, respostas às aflições e incertezas que marcam a vida humana. Segundo os dados divulgados pelo Censo Demográfico realizado pelo IBGE no ano de 2000, as igrejas evangélicas pentecostais contavam com aproximadamente 17.617.307 fiéis, o que representava aproximadamente 10,3% da população brasileira, que no mesmo período era de 169.872.856 de habitantes.¹

Conjuntamente a expansão no número de fiéis, as igrejas pentecostais têm estendido sua ação para fora do campo religioso. Pesquisadores têm constatado que houve, principalmente a partir das últimas duas décadas do século passado, uma ampliação dos espaços social e político ocupados por estas igrejas. Primeiro porque, como seus fiéis são procedentes de variados segmentos sociais, também estão presentes em diferentes ocupações profissionais, e, em segundo, porque houve uma diversificação das ações desenvolvidas por estas igrejas, que não se limitam mais somente ao interior do templo.² Espaços antes rejeitados pelos pentecostais, como a política e a mídia eletrônica, passaram a ser cada vez mais almejados por estes grupos religiosos.

Embora já se façam presentes, no campo religioso brasileiro, desde as primeiras décadas do século passado³, a presença pentecostal no campo político deu-se com efetividade somente a partir da década de 1980, quando as igrejas pentecostais apareceram como uma das grandes novidades das eleições de 1986, apoiando e elegendo candidatos próprios à Assembléia

* O presente trabalho é fruto de pesquisa, desenvolvida em nível de mestrado, ainda em desenvolvimento.

** Mestrando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual Paulista - UNESP, campus de Assis. Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual Paulista – UNESP, campus de Assis.

¹ www.ibge.com.br/ acesso em 11/06/2009.

² SILVA, Claudia Neves, 2008.

³ As primeiras igrejas pentecostais foram fundadas no Brasil por missionários provenientes dos Estados Unidos, e são elas a Congregação Cristã, fundada em 1910, e a Assembleia de Deus, fundada em 1911.

Nacional Constituinte. Desde então, estas igrejas têm ampliado paulatinamente sua presença junto ao campo político.

Concorde-se, ou não, com a presença das igrejas pentecostais no campo político brasileiro, é impossível a qualquer um que se proponha a compreender o cenário político brasileiro contemporâneo não levar em conta, como um dado importante, a atuação dos políticos pentecostais.

Temos como objetivo, no presente trabalho, apresentar nossa proposta de pesquisa desenvolvida em nível de mestrado, bem como, as diretrizes teórico-metodológicas que a tem embasado. Em nossa pesquisa, temos como objetivo central analisar historicamente as mudanças que possibilitaram a um grupo religioso pentecostal, antes detentor de um discurso apolítico, buscar uma maior representatividade social por meio da atuação política. Temos para tanto, como objeto de estudo a Igreja do Evangelho Quadrangular na cidade de Assis - SP, no período de 1996 a 2008.

A Igreja do Evangelho Quadrangular

A “International Church of the Four-Square Gospel”, que no Brasil adotou o nome de Igreja do Evangelho Quadrangular (IEQ), surgiu na cidade norte-americana de Los Angeles em 1922. O nome “Evangelho Quadrangular” teria sido “revelado” à sua fundadora, a missionária canadense Aimée Semple McPherson, durante um culto realizado na cidade de Okland, e refere-se “ao quadruplo ministério do Senhor Cristo: O Salvador; O Batizador com o Espírito Santo; O Grande Médico e o Rei que há de voltar”.⁴

O Evangelho Quadrangular chegou ao Brasil, em 1951, por meio do missionário norte-americano Harold Williams, um ex-ator de filmes *far-west*, que com a ajuda de um amigo, construtor de lonas, deu início, em 1953, à “Cruzada Nacional de Evangelização” na cidade de São Paulo. Embora seu objetivo inicial fosse o de desenvolver um movimento não-denominacional, frente à pouca aceitação da mensagem pentecostal, por parte dos pastores locais, Williams fundou a igreja da Cruzada⁵, que em 1954, veio a se estruturar na Igreja do Evangelho Quadrangular (IEQ), ficando assegurada sua ligação com a matriz norte-americana, a quem ficou

⁴ IGREJA DO EVAGELHO QUADRANGULAR, 1999, p. 10.

⁵ Que deu origem ao movimento proselitista conhecido como “Cruzada Nacional de Evangelização”.

a prerrogativa de indicar o presidente da igreja brasileira. Sua liderança inicial foi formada, principalmente, por membros provenientes das igrejas, Presbiteriana Independente e Metodista.⁶

Com a estruturação da IEQ e a fixação de sua sede nacional na cidade de São Paulo, a Cruzada Nacional de Evangelização deixou de ser um movimento proselitista para se tornar o departamento evangelístico da Igreja do Evangelho Quadrangular. A pregação itinerante, com uso de tendas de lona, passou então a seguir um planejamento oficial. Segundo Cândido Procópio Ferreira de Camargo, “entre os ramos pentecostais, foi este o único a adotar preferencialmente o proselitismo junto à áreas pioneiras”.⁷ A abertura de novas igrejas foi entregue a jovens missionários, que rumaram para as principais cidades do interior paulista. Sua estratégia proselitista, assim como acontecia nos Estados Unidos, foi marcada pela ênfase na realização de cultos e sessões de cura divina em locais públicos – praças, ginásios, estádios – e pelo uso intenso do rádio. Ao final da década de 1960 a IEQ já se fazia presente nas principais cidades do Estado de São Paulo, alcançando também os Estados das região Sul e os demais estados da região Sudeste.

Foi dessa forma, com o uso intenso do rádio e a realização de reuniões em locais públicos, que a IEQ iniciou seus trabalhos na cidade de Assis, no ano de 1966, por meio do então missionário Mário de Oliveira. A cidade de Assis mostrava-se de grande importância para o plano de expansão adotado pela IEQ. Por sua posição geográfica, a cidade cumpriria a função de um “posto avançado” da IEQ no interior paulista, o que possibilitaria sua expansão pelo Oeste paulista e pelo norte do Estado do Paraná.

Hoje, presente em quase todas as cidades da região do Vale do Médio Paranapanema⁸, a IEQ figura entre as principais denominações evangélicas da cidade de Assis. Ao longo de seus quarenta e quatro anos de história ela tem procurado expandir seu campo de atuação para além do campo propriamente religioso. Nas relações com governo municipal a IEQ tem se pautado, desde o início, por buscar legitimidade frente às esferas governamentais, seja na expectativa de angariar apoio em seus projetos – o que resultou, por exemplo, na doação, por parte da administração municipal, de materiais de construção⁹ e de um terreno¹⁰ para a igreja –,

⁶ FRESTON, Paul, 1993, p. 83.

⁷ CAMARGO, 1973, p. 105.

⁸ Espaço territorial localizado no Sudoeste Paulista, compreendido pelos municípios de: Assis, Campos Novos Paulista, Cândido Mota, Cruzália, Echaporã, Florínea, Ibirarema, Iepê, Lutécia, Maracá, Nantes, Oscar Bressane, Palmital, Paraguaçu Paulista, Pedrinhas Paulista, Platina e Tarumã.

⁹ Lei Municipal n.º 2.144 de 16/04/1982.

ou simplesmente como forma de alcançar maior *status* social. Mais recentemente, através da atuação política direta, a IEQ conseguiu eleger à Câmara Municipal de Assis os pastores, Dirlei Gonçalves, para as legislaturas de 1997-2000 e 2001-2004, e Cristiano Manfio, para a legislatura 2005-2008.¹¹

A Igreja do Evangelho Quadrangular e a Participação Política

Segundo Paul Freston, a incursão das igrejas pentecostais pelo campo da política foi uma das grandes novidades das eleições para a Assembléia Constituinte de 1986, sendo que a Igreja do Evangelho Quadrangular figurou entre as primeiras igrejas pentecostais a apoiarem candidatos próprios em eleições para cargos políticos.¹²

Esse envolvimento político, no entanto, não se deu sem conflitos internos. Como já apontamos, durante um longo período de sua história as igrejas pentecostais defenderam um discurso de “rejeição ao mundo”, nesse contexto, o envolvimento de membros dessas igrejas com o meio político-partidário era inaceitável. O apoio institucional dado pela IEQ às candidaturas dos pastores Mário de Oliveira e Jayme Paliarin para a Assembléia Nacional Constituinte de 1986, deu-se à revelia das determinações da matriz norte-americana, que não via com bons olhos o envolvimento da igreja brasileira com a política partidária. Segundo Freston, este foi um dos principais fatores que levaram ao rompimento das relações entre as duas igrejas.¹³

Durante a década de 1990, a Igreja do Evangelho Quadrangular passou a encorajar, ainda mais, o envolvimento de seus pastores com a política. Mas desta vez, o envolvimento não poderia estar restrito somente à sua cúpula dirigente, ele deveria se espalhar por toda sua estrutura eclesial. Para que isso ocorresse de forma coordenada foram necessárias mudanças em sua organização administrativa, sendo criada, em 1999, a Coordenação Nacional de Ação Política, a qual ficou responsável por traçar estratégias políticas que permitissem à IEQ o lançamento de candidatos próprios nas eleições nos níveis municipal, estadual e federal.¹⁴ Em

¹⁰ Lei Municipal n.º 2.751 de 03/03/1990.

¹¹ Para a legislatura 1997/2000 e 2001/2004, foi eleito o pastor Dirlei Gonçalves, pelo PSDB, com 668 e 732 votos, respectivamente. Para a legislatura 2005/2008, foi eleito o pastor Cristiano Manfio, também pelo PSDB, com 885 votos.

¹² Embora, o pastor Mário de Oliveira já tivesse sido eleito deputado estadual, em 1982, sua candidatura não passou de uma atitude isolada. Já nas eleições para a Assembléia Nacional Constituinte de 1986, os pastores Mário de Oliveira e Jayme Paliarin, contaram com o apoio institucional para se elegerem como deputados federais. (FRESTON, Op. cit.)

¹³ FRESTON, Paul, 1993, p. 211.

¹⁴ CONSELHO NACIONAL DE DIRETORES, 2000, p. 10.

Assis, este projeto concretizou-se, no ano de 2005, com a eleição do pastor Cristiano Manfio à Câmara Municipal Vereadores.

A eleição de pastores da IEQ à Câmara de Vereadores de Assis está inserida em dois contextos institucionais diferenciados. Enquanto que a candidatura de Dirlei Gonçalves à Câmara Municipal, em 1996, pode ser vista como uma ação pessoal, embora tenha contado com o apoio institucional local, a candidatura de Cristiano Manfio esteve inserida em um contexto institucional maior, onde há a existência de um programa institucional de ação política em nível nacional. Aqui se apresenta uma das problemáticas da nossa pesquisa, que é analisar em que medida o contexto institucional da IEQ, influenciou o comportamento político dos dois pastores na Câmara Municipal.

Dessa forma, a delimitação de nosso recorte temporal ao período de 1996 a 2008 para a investigação histórica, se justifica por ser 1996, o ano da eleição de Dirlei Gonçalves à Câmara Municipal, e o ano de 2008, por encerrar a legislatura de Cristiano Manfio. Procuramos abordar a Igreja do Evangelho Quadrangular em dois momentos específicos, o primeiro, onde há uma candidatura isolada, e o segundo, marcado pela institucionalização de um programa oficial de participação política. Procuramos com isso, demarcar as tensões e conflitos que permearam a participação da igreja e de seus pastores, nos campos da religião e da política, assim como, as características que permearam as legislaturas dos dois pastores. Outro ponto importante está em entender como o envolvimento político, que surgiu inicialmente como uma atitude isolada de alguns líderes, foi justificado, estendido e implantado junto aos demais pastores e membros da igreja.

Um Caminho Metodológico a Partir da História Religiosa e Pierre Bourdieu

As relações entre a História e o estudo das religiões remontam a um passado distante, sendo que as atuais preocupações presentes nas relações entre historiografia e a religião são herdeiras de discussões desenvolvidas no campo historiográfico ao longo do século XX.¹⁵ No Brasil, como ressaltou o historiador Eduardo Basto de Albuquerque, a perspectiva que mais tem encontrado eco entre os historiadores da religião é a da História Religiosa.¹⁶

¹⁵ ALBUQUERQUE, 2007, p. 37.

¹⁶ Idem, 2003, p. 57-68.

Essa vertente historiográfica contrasta com a perspectiva da História das Religiões, que tem como elemento constitutivo e próprio a comparação entre as diferentes religiões, por “tratar especificamente de uma religião [...]. Ademais, pode[m] se desenvolver aspectos históricos como as relações de uma ou várias religiões com a política, analisar a atuação de sujeitos históricos individuais [...] ou coletivos”.¹⁷

No entanto, embora haja essa diferenciação teórico-metodológica, Albuquerque ressalta que “todo estudioso acadêmico da religião sabe que em vários momentos de sua pesquisa surgem questões que podem estar tanto em um como em outro campo, ou seja, podem ser da História das Religiões quanto da História Religiosa.”¹⁸

Segundo Dominique Julia, na perspectiva da História Religiosa o estudo da religião deixa de exigir a atribuição de um domínio próprio e específico para a sua abordagem.¹⁹ Mas, ao mesmo tempo, ele “ganhou em complexidade, porque novas relações históricas vieram à tona”.²⁰ No caso específico do nosso campo de interesse, Aline Coutroul ressalta que a partir dessa nova perspectiva, em que a religião passou a ser abordada em relação com outros campos, houve uma reaproximação dos historiadores para as relações entre a religião e a política:

As ligações íntimas entre religião e política durante muito tempo foram desprezadas pela história do político [...]. Hoje [com o advento da história religiosa] as forças religiosas são levadas em consideração como fator de explicação política em numerosos domínios. Elas fazem parte do tecido político, relativizando a intransigência das explicações baseadas em fatores sócio-econômicos.²¹

Partindo desses pressupostos, ao procurar analisar a configuração histórica da Igreja do Evangelho Quadrangular na cidade de Assis e as relações que se estabeleceram entre está e o campo político, os conceitos oferecidos pela sociologia de Pierre Bourdieu nos oferecem a possibilidade de realizar uma pesquisa interdisciplinar alinhada à perspectiva sócio-histórica, o que é positivo, por tornar mais ricas as possibilidades de análise do objeto de estudo, mas, por outro lado, exigindo o cuidado metodológico de historicizar os conceitos utilizados, pensando-os a partir das especificidades que o objeto histórico requer.

¹⁷ *Ibidem*, p. 64.

¹⁸ *Ibidem*, p. 66.

¹⁹ JULIA, Dominique, 1976, p. 106-131.

²⁰ ALBUQUERQUE, 2007.

²¹ COUTROUT, Aline, 1996.

Apontamos como centrais para o desenvolvimento de nosso trabalho, os conceitos de “*habitus*”, “campo” e “capital simbólico”. O *habitus*, segundo Pierre Bourdieu, configura-se como:

[...] um sistema de disposições duradouras adquirido pelo indivíduo durante o processo de socialização. As disposições são atitudes, inclinações para perceber, sentir, fazer e pensar, interiorizados pelos indivíduos em razão de suas condições objetivas de existência, e que funcionam então como princípios inconscientes de ação, percepção e reflexão.²²

Por meio desse conceito, buscamos apreender os elementos que possibilitaram a conformação da noção de pertencimento do fiel ao grupo, o que torna possível a manutenção da comunidade religiosa, assim como, os sentimentos e aspirações que permeiam as relações estabelecidas entre a instituição religiosa, pastores e fiéis. Por outro lado, a percepção do *habitus* religioso será elucidativa para a compreensão da atuação dos líderes religiosos, bem como as aspirações que tem norteado seu engajamento junto ao campo político.

A compreensão do *habitus* religioso poderá ser ampliada por meio do “Método da Observação Participante”²³ e da coleta de depoimentos orais. A prática da “observação participante” pode ser conceituada como:

O processo no qual um investigador estabelece um relacionamento multilateral e de prazo relativamente longo com uma associação humana na sua situação natural com o propósito de desenvolver um entendimento científico daquele grupo.²⁴

Ao utilizar o método antropológico da Observação Participante, procuramos evitar o risco de incorrer em interpretações precipitadas ou superficiais, uma vez que ele nos permite uma inserção mais densa nas “práticas e representações vivenciadas pelos líderes e fiéis das expressões religiosas” o que nos permitirá “efetuar interpretações com maior correspondência ao modo como os próprios integrantes vivenciam a sua crença”²⁵. Ao qual aliaremos a coleta de depoimentos orais de pastores e de membros da IEQ, procurando compreender o desenvolvimento histórico da Igreja do Evangelho Quadrangular em Assis, assim como, os anseios que tem norteado este grupo em seu envolvimento com a política.

Em relação ao conceito de campo, Bourdieu afirma que este revela-se como:

²² BONNEWITZ, 2003, p 77.

²³ PROENÇA, Maio de 2008. p. 8-33.

²⁴ MAY, 2001. p.177.

²⁵ PROENÇA, *Op. cit.* p. 16.

[...] um microcosmo no qual estão imersos os agentes sociais e as instituições produtoras, reprodutoras e transmissoras dos saberes, práticas e modos de pensar sujeitos a leis sociais próprias, possuindo relativa autonomia em relação ao macrocosmo, não obstante sofrerem as imposições deste.²⁶

Para uma melhor compreensão do funcionamento dos diversos campos, o autor, sugere que seu funcionamento seja analisado de modo análogo ao do mercado de bens de consumo.

[...] um campo pode se concebido como um mercado, com produtores e consumidores de bens, os produtores, indivíduos dotados de capitais específicos, se enfrentam. A razão dessas lutas é a acumulação da forma de capital que garante a dominação do campo. O capital aparece então, ao mesmo tempo, como meio e como fim. A estrutura do campo, num dado momento da história, mostra a relação de força entre os agentes. Nesse sentido o campo é um espaço de forças opostas.²⁷

Especificamente no caso do campo político, os diferentes agentes buscam acumular o que Bourdieu denomina de “capital político”. Segundo o autor, o capital político constitui uma forma de capital simbólico, um “crédito firmado na crença e no reconhecimento [...] pelos quais os agentes conferem a uma pessoa os próprios poderes que eles lhes reconhecem”.²⁸ Dessa forma, o sucesso alcançado pelo homem político se dá graças a autoridade que este possui no campo político, que é diretamente proporcional à força de mobilização que este têm junto às massas.

Bourdieu, também afirma que grande parte desse capital político é fruto da reconversão de capitais de outros campos para o campo político.

O capital de ‘notoriedade’ e de ‘popularidade’ [...] é frequentemente produto da reconversão de um capital de notoriedade acumulado em outros domínios e, em particular, em profissões que, como as profissões liberais, permitem tempo livre e supõem um certo capital cultural ou, como no caso dos advogados, um domínio pessoal da eloquência.²⁹

O posicionamento dos agentes sociais nos diferentes campos está diretamente ligado ao volume e a estrutura do capital de que dispõem, dessa forma compreender quais os elementos que contribuem para conformação do capital simbólico, seja ele religioso ou político, assim como os meios que permitem aos agentes a reconversão de capital de um campo para outro mostra-se essencial. Há uma diferenciação entre os capitais que são valorizados em cada campo. No caso específico da nossa pesquisa, em que nos deparamos diretamente com as relações estabelecidas

²⁶ SILVA, C. N. Op. cit. p. 16.

²⁷ BONNEWITZ, 2003. p 60-61.

²⁸ BOURDIEU, 2007, p. 187.

²⁹ Id., Ibid., p. 191.

entre os campos da religião e da política, identificar as estruturas específicas de cada um destes campos e o tipo de capital que neles são valorizados é de suma importância para entendermos os conflitos e ajustamentos a que tem se submetido os agentes envolvidos nessas relações.

Podemos afirmar que o sucesso alcançado por pastores no campo político está, entre outros fatores, baseado diretamente na capacidade que estes detêm de reconverter o capital simbólico religioso para o campo da política, mobilizando o apoio de seus fiéis a este empreendimento. No caso específico da IEQ, podemos afirmar que, se por um lado, a posição de destaque ocupada pelo pastor pode facilitar seu sucesso no campo político, por outro, o insucesso eleitoral, acaba por enfraquecer a legitimidade do pastor, enquanto líder, “ungido por Deus”, frente à comunidade religiosa.

Esse desgaste é ainda mais forte na medida em que a “Teologia da Prosperidade”, difusora da crença de que todo cristão deve ser próspero, saudável, feliz e vitorioso em seus empreendimentos terrenos, ganha força no meio pentecostal. Nessa perspectiva teológica, o sucesso, nada mais é do que uma consequência natural da obediência a Deus. Da mesma forma, o fracasso é representativo da desobediência à vontade ou aos mandamentos divinos. Ao colocar-se como “o homem escolhido por Deus para representar seu povo na política”, o insucesso coloca em “xeque” a posição do pastor enquanto “sacerdote” legítimo. Sendo notada, inclusive, resistência por parte de alguns pastores em concorrer a cargos políticos.

Por fim, em relação à produção e utilização de fontes orais, utilizaremos como referenciais teóricos e metodológicos os trabalhos de Paul Thompson³⁰ e Verena Alberti³¹. Com a utilização de fontes orais buscamos ampliar as possibilidades de abordagem e interpretação de nosso objeto de estudo, estabelecendo um contato mais profundo com as experiências e modos de vida do grupo pesquisado.

No entanto, é necessário frisar que, se por um lado, a coleta de fontes orais pode ampliar o nosso campo de estudo, o emprego da História Oral, em pesquisas historiográficas, também tem sido alvo de críticas. A principal crítica refere-se, em primeiro lugar, ao fato de a evidência oral carregar um alto grau de subjetividade, uma vez que o pesquisador registraria tão somente aquilo que é pertinente ao seu trabalho, ao passo que o entrevistado relataria apenas

³⁰ THOMPSON, 1992.

³¹ ALBERTI, 2005.

aquilo que achasse pertinente. Todavia, é necessário ressaltar, como aponta Jacques Le Goff, que não existe documento livre de subjetividade:

[...] O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa.³²

Contudo, devemos ter o cuidado de enxergar as fontes orais incluídas numa categoria particular de fontes, a dos “arquivos provocados”, que por terem sido constituídos depois do acontecimento, guardam o inconveniente de resgatar, em alguns casos, lembranças equivocadas, sobrepostas ou transformadas, para a justificação de posições e atitudes posteriores.³³ Todavia, a análise dessas lembranças equivocadas, ou se preferir, das “distorções da memória”, também pode levar o pesquisador à melhor compreensão dos valores coletivos e das próprias ações de um grupo, uma vez que, “é de acordo com o que se pensa que ocorreu no passado que se tomarão determinadas ações no presente”.³⁴

Como apontamos acima o emprego dos recursos metodológicos da História oral em nossa pesquisa são de grande pertinência, todavia, cientes de que este método de pesquisa possui limitações, mantemos sempre o cuidado de problematizar as evidências orais produzidas contrapondo-as às outras fontes disponíveis.

Referências

ALBUQUERQUE, Eduardo Basto de. Da História Religiosa à História Cultural do sagrado. In: **Ciências da Religião – História e Sociedade**. Vol. 5, n. 5, 2007.

_____, Distinções no campo de estudos da religião e da história. In: GUERRIERO, Silas (org.) **O estudos da religião: desafios contemporâneos**. São Paulo: Paulinas, 2003. P. 57-68.

_____, Historiografia e religião. **São Paulo: Revista Eletrônica NURES – Núcleo de Estudos Religião e Sociedade**, São Paulo, ano 3, n. 3, p. 1-10, jan./abr. 2007.

AMARAL, Leila. Deus é Pop: sobre a radicalidade do trânsito religioso na cultura popular de consumo. In: SIEPIERSKI, Paulo D. & GIL, Benedito M. (orgs). **Religião no Brasil: enfoques, dinâmicas e abordagens**. São Paulo, Paulinas, 2003.

ANTONIAZZI, Alberto (org.). **Nem anjos nem demônios: interpretações sociológicas do pentecostalismo**. Petrópolis, Vozes, 1994.

³² LE GOFF, 2003, p. 535.

³³ BECKER, 1996.

³⁴ ALBERTI, V. Op. cit., p. 167.

BECKER, J. *O handicap do a posteriori*. In: AMADO, J. e FERREIRA, M. (orgs.) **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

BONNEWITZ, Patrice. **Primeiras lições sobre a sociologia de P. Bourdieu**. Petrópolis: Vozes, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1992.

_____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira de (org). **Católicos, protestantes e espíritas**. Petrópolis: Vozes, 1973.

CAMPOS JUNIOR, Luís de Castro. **Pentecostalismo: Sentidos da palavra divina**. São Paulo, Àtica, 1995.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CONSELHO NACIONAL DE DIRETORES, **Estatuto da Igreja do Evangelho Quadrangular**. São Paulo: Editora Quadrangular, 2000.

COUTROUT, Aline. Religião e política. In: REMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

FRESTON, P. **Protestantes e política no Brasil: da Constituinte ao Impeachment**. Campinas:, Unicamp, 1993.(Tese de Doutorado)

FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Plano de desenvolvimento regional sustentável do Vale do Médio Paranapanema: estratégia de desenvolvimento**. São Paulo, 2005. Extraído de <http://www.rlc.fao.org/es/desarrollo/fao-bid/des/pdf/saopaulo.pdf> em 15/02/2010.

<http://www.camaraassis.sp.gov.br/> em 11/08/2009.

<http://www.ieqcedsp.com.br/> em 11/07/2009.

<http://www.quadrangularbrasil.com.br/> em 10/07/2009.

<http://www.ibge.gov.br> em 11/06/2009.

<http://www.assis.sp.gov.br/> em 11/05/2009.

IGREJA DO EVAGELHO QUADRANGULAR, **O Evangelho Quadrangular**. São Paulo: Editora Quadrangular, 1999. p. 10.

IGREJA DO EVANGELHO QUADRANGULAR DE ASSIS, Quadrangular Assis: 40 anos frutificando. In: **Informação – Boletim Quadrangular**, Edição especial, Março/2006.

JULIA, Dominique. História religiosa. In: LE GOFF, J; NORA, P. (Org.) **História: novas abordagens**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976. p. 106-131

Lei municipal nº 2.144 de 16/04/1982.

Lei municipal nº 2.751 de 03/03/1990

LE GOFF, Jacques. **História e memória**, Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

MARIANO, Ricardo. *Expansão pentecostal no Brasil: o caso da Igreja Universal*. In: **Revista Estudos Avançados**. São Paulo, 18, n.º 52, 2004.

MARIANO, Ricardo. **Neopentecostais**: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil, São Paulo: Edições Loyola, 1999.

MAY, Tim. **Pesquisa social. Questões, métodos e processos**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

MONTES, Maria Lúcia. As figuras do sagrado: entre o público e o privado. In: NOVAIS, Fernando & SCHWARCZ, Lília. **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, v. 4, p. 63-171.